

Instrução Normativa Nº 01/2019

Estabelece as condições necessárias para atuação de servidor Técnico Administrativo Educacional (TAE) do IFSul como Docente na Pós-Graduação.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PROPESP), considerando que:

- A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/Ministério de Educação (MEC) regula os programas de pós-graduação (PPG) no país;
- O trabalho voluntário desenvolvido por TAEs está sob a guarida da lei nº 9.608/98 que regula o trabalho voluntário no âmbito da administração pública e que determina que serviço voluntário não caracteriza vínculo empregatício;
- A Orientação Normativa nº 02 da Controladoria Geral da União (CGU), publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 09 de setembro de 2014;
- A Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e
- A Portaria nº 81 da CAPES de 03 de junho de 2016,

Instrui que todo servidor Técnico Administrativo Educacional (TAE) efetivo pertencente ao quadro funcional do IFSul poderá compor o quadro de docentes de programas de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* desta Instituição, contanto que atenda aos requisitos estabelecidos pela CAPES/MEC e a legislação vigente. Para os cursos de Mestrado e Doutorado, o servidor deverá ser cadastrado como Professor Colaborador.

O conceito de Professor Colaborador é determinado pela CAPES e adotado pelo regimento interno do IFSul consoante ao enquadramento oferecido pelo dispositivo de prescindibilidade de vínculo de docente com a Instituição, necessário somente vínculo administrativo com a Instituição. Desta forma, independente da natureza do vínculo, para que o servidor possa vir a compor o corpo docente da pós-graduação, este deve atender tão somente aos requisitos exigidos pela CAPES.

O servidor TAE como Professor colaborador:

- a) Não poderá ter conflitos de interesses entre o cargo do TAE e as atividades desempenhadas junto ao Programa de Pós-graduação (PPG), ou seja, as atividades (TAE/Professor Colaborador) deverão ser realizadas em horários distintos uma da outra;
- b) Não terá vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal de serviço público, uma vez que não existe o cargo de professor de pós-graduação e, desta forma não receberá vantagens em seus proventos;
- c) Não poderá solicitar vínculo ou remuneração pelo exercício da docência na pós-graduação;
- d) Não terá equiparação salarial de TAE à docente invocando a isonomia pelo exercício de função, em razão de vedação constitucional;

- e) Deverá assinar Termo de Prestação de Trabalho Voluntário sem remuneração. Este documento deve ser enviado à PROPESP anteriormente a execução de atividade de Professor Colaborador.

O servidor TAE como Professor colaborador poderá:

- a) Exercer a docência em no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul)
- b) Desenvolver atividades de ensino na pós-graduação;
- c) Desenvolver pesquisas ou extensão vinculadas à atividade docente do programa;
- d) Capacitar ou treinar, ministrando cursos, palestras ou conferências; e
- e) Outra atividade correlatada ou de suporte, tais como, função de Coordenador, monitor, preceptor, avaliador, integrante de bancas de discentes, presidente de mesa, moderador e debatedor.
- f) Orientar Discente para o desenvolvimento de Pesquisa, Inovação e Extensão.

A PROPESP ressalta que a relação Orientador/Orientando deve atender às orientações previstas no Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES) e nos documentos de área, assim como as demais orientações da CAPES.

Pelotas, 06 de fevereiro de 2019.

Vinícius Martins

Pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação